

HISTÓRIA, CULTURA E ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA: IMPLANTAÇÃO, ESTADUALIZAÇÃO E FEDERALIZAÇÃO¹

Francisco Chaves Bezerra²

As primeiras instituições brasileiras de Ensino Superior foram criadas no início do século XIX. Com a vinda da família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, o Príncipe Regente D. João VI criou a Faculdade de Medicina na Bahia (curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia) e a Escola de Cirurgia no Rio de Janeiro. Em 1827, já no reinado de D. Pedro I, foram criados dois cursos de Direito: um em Olinda e outro em São Paulo.

Chama a atenção o fato de serem instituições isoladas, ou seja, não foram criadas Universidades como instituições que contemplassem diversos cursos de graduação, mas apenas Medicina e Direito, cursos de prestígio social e, portanto, de interesse da elite brasileira. Assim, “as primeiras faculdades brasileiras [...] eram independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista”. Era um modelo inspirado nas “*Grandes Escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa*”, orientando sua organização didática na *cátedra vitalícia*: “o *catedrático, ‘lente proprietário’, era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a sua vida*”³.

As primeiras tentativas de implantação do Ensino Superior na Paraíba datam do Império, quando, no âmbito das discussões da Assembléia Geral Constituinte de 1823⁴, o deputado paraibano Joaquim Manoel Carneiro da Cunha defende que a implantação do Ensino Superior nessa Província era possível, porque a Paraíba oferecia muitas vantagens que não se encontrava em outras províncias, destacando

o clima ameno, abundância de víveres, todas as acomodações necessárias para a subsistência e nenhuma distração ou divertimento

¹ Este artigo é resultado de parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <chicochaves@hotmail.com>.

³ OLIVE, Arabela Campos. “Histórico da educação superior no Brasil”. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: CAPES, 2002.

⁴ Sobre esse debate na Assembléia Geral Constituinte de 1823, Castelo Branco (2005), Rodrigues (1986), Espínola (1980); todos esses autores mostram que a justificativa de Carneiro da Cunha não está associada a um projeto que vise a atender as necessidades de formação superior da população paraibana, mas apenas por interesses pessoais do poder político local, sua argumentação está sempre associada ao fato da cidade não dispor de opções de lazer que pudesse distrair ou desconcentrar os alunos. Os argumentos do Deputado estão invertidos, pois para o funcionamento de uma instituição universitária requer boas condições para o desenvolvimento de suas atividades, não a ausência delas.

[...]. *O povo da Paraíba é um povo simples, de costumes ainda mui singelos, onde não há teatro, nem dissipação de qualidade alguma.*⁵

O deputado paraibano argumentava, ainda, que havia estrutura física de qualidade como os conventos do Carmo, São Francisco e São Pedro. O fato da província não dispor de recursos financeiros, não inviabilizaria o intento, pois as províncias mais favorecidas financeiramente poderiam contribuir com parte das despesas dos alunos que aqui viessem estudar. Por fim, apelava para a questão da integração territorial, afirmando que a Paraíba se encontrava mais próxima de províncias como Maranhão e Pará, contribuindo assim para a unidade do Império.

Por outro lado, Rodrigues afirma, entretanto, que não havia as mínimas condições estruturais de funcionamento de instituições de ensino superior na Paraíba, uma vez que a precariedade dos prédios públicos era visível. As escolas de ensino elementar (primário e médio) geralmente funcionavam na residência de professores, além disso, faltavam cadeiras e mesas que eram emprestadas por particulares. Essas escolas estavam entregues a professores desprovidos das mínimas condições de exercício da profissão.

O Rodrigues destaca ainda que o ensino se encontrava “*desprovido da mínima de regularidade, sem qualquer organização*”. Durante todo século XIX, a instrução primária era precária (quantitativo e qualitativamente) estava “*em perfeito estado de abandono, no pior estado possível*”⁶, sendo semelhante à situação do ensino médio, uma vez que o único estabelecimento que apresentava certa organização era o Liceu (com pequeno e oscilante contingente de alunos), criado em 1836, portanto, mais de uma década depois das discussões de 1823. Segundo o autor, havia também, profunda indiferença da população em relação à educação formal, não fazendo parte, ainda, dos seus valores.

Nesse momento (entre o Império e a Primeira República), ter curso superior é “[...] *sinônimo de prestígio político e poder local*”⁷, então, a preocupação não é com instrução/escolarização da população paraibana, mas apenas atender aos interesses da elite, que pretendia formar seus filhos sem que estes precisassem se deslocar da Paraíba para as províncias vizinhas, ou, até mesmo, Bahia e Rio de Janeiro, para adquirir seu diploma de “Doutor”. Além da comodidade das classes abastadas, havia também o interesse político da parte daqueles que eventualmente fossem responsáveis pela implantação dessas instituições, uma vez que isso seria contabilizado como prestígio e poder, rendendo aos interessados votos nas campanhas eleitorais e cargos junto ao serviço público.

Segundo Romanelli⁸, de acordo com a Constituição de 1891, cabia à União criar e controlar a instrução superior em todo o país, assim como os ensinos

⁵ RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Sociedade e Universidade: um estudo de caso*. João Pessoa: SEC-PB, 1986.

⁶ RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 28.

⁷ CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. *A construção do mito do “Meu Filho Doutor”*: fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil - Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005, p. 105.

⁸ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

primário, secundário e profissionalizante (destaque para as escolas normais) ficavam sob a responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal (apenas o secundário). A autora denomina essa estrutura de “*sistema dual de ensino*”⁹, dualidade que expressava os interesses das camadas hegemônicas, definindo os ensinos secundário acadêmico e superior como destinados às elites dominantes, enquanto o primário e o profissional voltados para o povo. Segundo essa concepção, a segregação entre o ensino técnico e o ensino das humanidades seria absolutamente normal e justa.

Esse modelo de sistema educacional implantado pela Constituição de 1891, vigorou durante toda a Primeira República (1890-1930), sendo confirmado pela reforma educacional Francisco Campos (1931) que, de certa forma, reforçou a formação elitista já existente. Essa reforma dispõe sobre o ensino superior no Brasil, destacando-se pela criação de um sistema nacional de ensino abrangendo todo país. De acordo com a Reforma Francisco Campos, a Universidade teria como objetivo equipar as elites intelectuais do país e “[...] proporcionar o ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”¹⁰.

Nesse período, os grandes latifundiários formavam a camada econômica e política dominante, cujo poder se assentava no cultivo monocultor de produtos agrícolas para exportação e na importação de produtos manufaturados, enquanto se desenvolvia de maneira incipiente a produção têxtil, destacando-se como setor mais dinâmico da economia industrial brasileira. A estrutura econômica vigente nesse momento no país destacava-se pela forte intervenção do Estado que não concordava com o incentivo à industrialização, pois representava os interesses das oligarquias agrícolas. Sendo assim, Skidmore¹¹ afirma que a intervenção estatal em benefício da indústria, contrastava com o setor agro-exportador que defendia “[...] a visão predominante do papel ‘natural’ do Brasil como economia dependente, trocando produtos primários por bens acabados”¹².

No que diz respeito à visão desse grupo sobre as políticas educacionais, verifica-se que há a preocupação e a defesa de um ensino superior voltado principalmente para atender às necessidades da agricultura, priorizando a formação de profissionais qualificados que pudessem atuar no campo, tais como agrônomos, zootecnistas, veterinários, entre outros. Os defensores das escolas agrícolas criticavam fortemente o bacharelismo (formação em bacharel de Direito) predominante no país, responsabilizando-o pela existência do preconceito ao trabalho manual e pela pouca formação científica dada aos profissionais nas faculdades de Direito. No entanto,

foi a crise econômica da década de 1920 que criou a demanda do especialista em ciências agrônomas. Inicialmente, o interesse era voltado

⁹ Podemos observar essa mesma questão em: CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

¹⁰ CAMPOS, *apud* CASTELO BRANCO, *A construção do mito...*, p. 139.

¹¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹² SKIDMORE, *Brasil...*, p. 65.

*para o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada, entre as classes menos favorecidas, com a defesa apenas do ensino elementar. Entretanto, a idéia de modernização e progresso do país “celeiro do mundo” impulsionou o ensino científico da agricultura e da indústria, sob a influência das classes médias urbanas e da burguesia industrial ascendentes.*¹³

Para Castelo Branco, o federalismo implantado com a República foi um fator que contribuiu para o fortalecimento do poder político local, “em virtude da autonomia dada aos Estados”. Os coronéis exerciam o controle político do país através de “[...] atos de violência e repressão a qualquer oposição política e pelo poder de empreguismo no serviço público [...]”¹⁴.

É preciso lembrar que nesse contexto, o nível de escolaridade tornou-se o critério básico de acesso ao mundo da política, uma vez que não era permitida a participação de analfabetos no processo eleitoral, nem como candidatos e muito menos como votantes. Com a República, foi instituído o voto aberto para brasileiros maiores de 21 anos, entretanto foram excluídos desse direito analfabetos, mendigos, padres soldados, mulheres e menores de idade. Segundo Fausto¹⁵, assim como no Império, na Primeira República (1889-1930), os pobres eram excluídos do processo eleitoral. No Império a exclusão deu-se pela renda (voto censitário, em que só podia votar e ser votado quem comprovasse determinada renda)¹⁶, na República, pela alfabetização.

Esse modelo se completava com a ocupação de cargos públicos por pessoas ligadas, diretamente, às oligarquias (seja por parentesco, aproximação política ou troca de favores) e com formação em Medicina e, principalmente, em Direito (bacharelismo). Miceli¹⁷ mostra que, muitas vezes, o jovem abdicava do gosto pelas letras para optar pela burocracia estatal e, conseqüentemente, seguir uma carreira política. Isso contribuiu para o desenvolvimento do preconceito às profissões técnicas, filosóficas e literárias.

Apesar de a Primeira República ter sido um modelo de regime oligárquico e apresentando essas características elitistas e excludentes no plano da educação, ainda nesse período se inicia um processo de transição do ensino superior no Brasil com a substituição da escola superior (instituições que priorizavam/concentravam a formação em uma só profissão) para a instituição universitária (nesse caso, a proposta é formar profissionais em diversas carreiras e em várias áreas do conhecimento)¹⁸. É um período transitório, pois não há ainda um projeto

¹³ CASTELO BRANCO, *A construção do mito...*, p. 125.

¹⁴ CASTELO BRANCO, *A construção do mito...*, p. 112.

¹⁵ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

¹⁶ Para votar, a pessoa precisava ter renda anual de, pelo menos, 100 mil-réis. Para ser candidato a deputado, a renda anual deveria ser de 400 mil-réis; para senador, 800 mil-réis. Assim só os ricos podiam votar e ser votados.

¹⁷ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁸ Na Paraíba, essa transição ocorreu somente em meados da década de 1950, quando Escolas e Faculdades isoladas foram incorporadas e/ou agregadas à Universidade da Paraíba (1955), sob a responsabilidade do Estado. Posteriormente, a Universidade foi federalizada, em 1960.

de criação de instituições universitárias para todo país, mas apenas tentativas isoladas como as universidades em Manaus (1909), Paraná (1912) e Rio de Janeiro (1920)¹⁹.

Ainda nesse período (1889-1930), houve a tentativa de implantação do Ensino Superior na Paraíba, com a criação da Universidade Popular. Para Rodrigues, “essa tentativa não passou da realização de algumas conferências, irrealismo do governo do Estado, exagero da imprensa oficial, euforia de uma pequena burguesia liberal etc., sendo visto como um grande e desastroso equívoco”²⁰. Essa ação foi vista como exagero de alguns segmentos e de idéias fora da realidade local, devido à falta de estrutura em todos os aspectos, pois “para quem carecia de instrução pública elementar, o Ensino Superior na Paraíba figurava mais como uma conquista política das elites e do poder local do que como necessidade surgida da demanda por instrução de mais alto nível”²¹.

Na década de 1920, surgem novas reivindicações na sociedade que anseia por mudanças em setores como desenvolvimento industrial, formação de mão-de-obra, instrução de nível superior etc. De acordo com Fausto, em *A Revolução de 30*, eram os setores urbanos (classe média²² e operariado) que lutavam por modernidade. Os operários procuravam melhorar as condições de vida, enquanto as classes médias urbanas procuravam fugir do trabalho nas fábricas assumindo funções no comércio, nos bancos e nas repartições públicas. Advocacia, medicina e engenharia eram profissões de prestígio que poderiam abrir as portas da alta sociedade. Daí a importância dos diplomas universitários dentre os quais o mais cobiçado era o fornecido pelas faculdades de Direito.

Nesse sentido, no Brasil diploma universitário sempre esteve associado à condição social dominante, assim como a competência para exercer cargos na esfera pública. Com a “Era Vargas”, surgem novas categorias de profissionais com formação de nível superior que passaram a atender as demandas da sociedade urbano-industrial. Com a decadência econômica da elite nordestina, o diploma universitário tornou-se instrumento de manutenção do *status* dessa elite.

Miceli identifica ainda, os intelectuais modernistas e os tenentes como categorias sociais defensoras desse projeto de modernidade que começava a ser implementado no país. Inclusive, ambas apoiaram Getúlio Vargas no movimento de 1930, assumindo, posteriormente, posições destacadas no governo “revolucionário”. Os tenentes como interventores e os intelectuais modernistas no meio cultural.

¹⁹ Olive destaca que a criação da Universidade do Rio de Janeiro, ocorrida em 1920 por iniciativa do Governo Federal, ocorreu devido à visita que o Rei da Bélgica faria ao país, em virtude das comemorações ao Centenário da Independência do Brasil. Com isso, o governo brasileiro pretendia conceder o título *Doutor Honoris Causa*, porém o país carecia de uma instituição propriamente universitária. OLIVE, “Histórico da educação...”.

²⁰ RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 34.

²¹ CASTELO BRANCO, *A construção do mito...*, p. 114.

²² Fausto se refere à classe média como o trabalhador que trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não-manual, abrangendo os pequenos empresários, comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio e profissionais liberais.

Em 1929, o mundo foi abalado por uma grande crise do capitalismo. Sua principal causa foi a superprodução da indústria norte-americana que superou a demanda do mercado interno e externo. Sem poder vender, os Estados Unidos também deixaram de comprar. Isso afetou profundamente a economia dos países que dependiam de exportações para os norte-americanos. Foi o caso do Brasil que deixou de vender milhões de sacas de café. Com isso, foi impossível conter a crise na cafeicultura, provocando assim, um desastre financeiro e abalando as estruturas econômicas e políticas da República Velha. Em suma, a crise de 1929 evidenciou o risco da dependência de apenas alguns produtos primários.

Apesar das mudanças que vinham ocorrendo no Brasil pós-30, a Paraíba ainda estava mergulhada na antiga estrutura onde imperava a política de favores e a força do coronelismo, em que as ações governamentais se limitavam à atuação da personalidade política, representando uma elite latifundiária que lhe garantia sucesso nas eleições, ou seja, não existia um projeto que contemplasse os anseios da população. É nessa conjuntura que devemos entender o surgimento do Ensino Superior no Estado. Com isso, quem vai se destacar é um representante Político e de grande capacidade intelectual, o areense José Américo de Almeida, que, através de seu prestígio junto ao governo federal, assumia compromissos políticos no estado, em troca de implantação de algumas Escolas e Faculdades. Não é de impressionar que a primeira delas, a Escola de Agronomia da Nordeste-EAN, tenha sido implantada, em 1934 na cidade de Areia, terra natal de José Américo e reduto de forte oligarquia política local.

Com isso, no início da década de 1930, após a perda do poder político nacional pelos cafeicultores paulistas e seus aliados, rompeu-se, em parte, a estrutura da política oligárquica, uma vez que a elite urbano-industrial nascente procurava maior espaço político e melhores condições para o desenvolvimento do setor secundário da economia do país. Assim, os investimentos destinados ao setor de exportação “[...] eram atraídos pelos lucros mais altos advindos da produção industrial”²³.

Na Paraíba, segundo Amorim²⁴, a situação econômica permaneceu praticamente inalterada, ou seja, produzindo açúcar para o mercado externo e algodão para a indústria têxtil do Sudeste. Durante a década de 1930, o setor industrial paraibano resumia-se ao reprocessamento de matérias-primas para pequenas fábricas de “panos grosseiros”, concentradas nas cidades João Pessoa e Campina Grande.

No período imediatamente posterior à revolução de 1930, ocorreu no Brasil um processo significativo de urbanização, industrialização e surgimento de camadas médias urbanas e assalariadas que passam a reivindicar certo grau de instrução educacional. Essas camadas médias e a elite intelectual começaram a fazer exigências no âmbito educacional, tendo como prioridade a ampliação do ensino superior, a formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho e

²³ SKIDMORE, *Brasil...*, p. 66.

²⁴ AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930-1970). In: FERNANDES, Irene Rodrigues *et al.* *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1999 (Col. “História Temática da Paraíba”, vol. 2).

o desenvolvimento de uma camada científica. Na Paraíba, esse cenário começou a se desenhar somente nas décadas de 1940-1950.

É no contexto da década de 1930 que são criadas as primeiras universidades do país²⁵, tais como a Universidade de São Paulo - USP (São Paulo, 1934) e a Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1935). Na Paraíba é criada a primeira instituição de Ensino Superior em 1934, a Escola de Agronomia do Nordeste, no município de Areia, mas somente em 1937 começa a funcionar, sob financiamento do Governo do Estado. Em parte, isso mostra a força política das oligarquias, uma vez que na cidade de Areia, localizada na micro-região do Brejo paraibano, encontra-se o reduto dos coronéis da política paraibana. Enquanto isso outros segmentos sociais, tais como os profissionais liberais, funcionários de órgãos públicos, comerciantes etc., demonstravam interesse pela criação de uma Faculdade de Direito ou de Medicina.

Por outro lado, as escolas agrícolas passam a exercer um papel importante na formação de filhos de fazendeiros e seus aliados próximos, ou seja, passam a ser encaradas como um determinante de ascensão social. Portanto,

*a Universidade tem sua origem na década de 30, com a criação da primeira escola de nível superior - Agronomia do Nordeste, em Areia - exatamente quando as tendências profissionais da comunidade ainda são fortemente acentuadas para Medicina, Advocacia ou Sacerdócio, carreiras já tradicionais entre famílias de classe dominante rurais e àquela altura aspirações dos setores da classe média da população. A procura se dá sobretudo na área humanística, incluindo-se os seminários de formação religiosa; os cursos técnicos ainda rareiam e se restringem ao nível médio de formação profissional.*²⁶

Segundo Moreira e Targino²⁷, o “Grupo da Várzea” (região da Zona da Mata paraibana) era detentor de maior poder econômico, uma vez que produziam açúcar para exportação, enquanto a produção brejeira voltava-se basicamente à fabricação de rapadura e aguardente para o mercado interno. Assim, a criação da Escola de Agronomia em Areia, explica-se muito mais pela força política dos representantes da região, do que pelo poderio econômico²⁸. Nesse sentido, os autores destacam que

²⁵ Martins Filho faz uma síntese do surgimento de Universidades no Brasil, destacando a criação Universidade de Manaus (1909) e a Universidade do Paraná (1912), porém estas foram tentativas isoladas. Para o autor, “só podemos admitir a existência da Universidade no Brasil, durante a década de 1920, pelo fato de haver sido criada a do Rio de Janeiro, através de ato expedido pelo Governo da União”. MARTINS FILHO, Antonio. *UFC e BNB: educação para o desenvolvimento*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1990, p. 14-15. Essa Universidade era constituída pelas Faculdades de Direito e Medicina, incorporando posteriormente à Escola Politécnica.

²⁶ LIMEIRA, Maria das Dores & FORMIGA, Zeluiza. *UFPB: implicações políticas e sociais da sua História*. Textos UFPB-NDIHR, João Pessoa, 1986, p. 5.

²⁷ MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1997.

²⁸ Segundo Guimarães, a Escola de Agronomia do Nordeste foi “instalada sob o prestígio do Ministro José Américo de Almeida (areense). A idéia daquela escola foi do Interventor Gratuliano

*o senhor de Engenho do Brejo não detinha o mesmo prestígio social e econômico do senhor de Engenho do Litoral. Isso não só pelo fato de serem proprietários de menores superfícies, como também pelo tipo de produto produzido, a rapadura e a aguardente, destinados exclusivamente ao mercado interno. Porém, localmente, eram eles que detinham o poder político.*²⁹

Como já expressamos anteriormente, a crise econômica da década de 1920 afetou diretamente o setor agrícola do país, levando à perda da hegemonia política das oligarquias que haviam se mantido no poder através da riqueza gerada pela economia cafeeira. Isso permitiu que Getúlio Vargas e seus aliados chegassem ao poder com uma proposta agrícola que tinha como prioridade diversificar a produção para que não se permanecesse na dependência de um único produto, além de investir na modernização/ mecanização do campo. Esta mudança de perspectiva pode sugerir que a criação de uma escola agrícola em Areia não se deve apenas ao fato de ser um reduto importante da oligarquia política paraibana, mas também porque o momento histórico do país contribuía para isso. Sobre essa questão, assim se expressa a autora:

*a ideologia do progresso e da modernização também impregna a formação dos doutores da agricultura, que vêem na ciência a forma mais sofisticada para recuperação dos solos já cansados e a mecanização da lavoura, enfim, para uma agricultura mais racional e que visasse o desenvolvimento da policultura para a produção de gêneros alimentícios variados e melhor adaptados às condições naturais do país. Defendia-se, também, o industrialismo, ou seja, a integração entre a agricultura (produção de matérias-primas) e a indústria (implementos agrícolas, beneficiamento etc.)*³⁰

A criação da Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia, marca a transição do ensino médio para a formação do Ensino Superior na Paraíba, sendo apontada por muitos, como marco de fundação da Universidade da Paraíba. Mas será apenas no final da década de 1940 que ocorrerá a formação de um ambiente propício ao debate sobre a introdução do ensino superior nesse estado, com a criação, em 1948, de

uma Comissão de Planejamento do Ensino Superior de pouca duração, formada pelos presidentes do Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Ordem dos Advogados (secção local), Instituto dos Advogados da Paraíba, Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas, Academia

de Brito, que a transmitiu ao Presidente Getúlio Vargas quando de sua visita à cidade de Areia e o Presidente prometeu atender ao seu pedido". GUIMARÃES, Luiz Hugo. A primeira turma de bacharéis da Faculdade de Direito da Paraíba. João Pessoa: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, 2005, p. 5.

²⁹ MOREIRA & TARGINO, Capítulos..., p. 92.

³⁰ CASTELO BRANCO, A construção do mito..., p. 125.

*Paraibana de Letras, Associação Comercial e pelo diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, além de um representante do governo do Estado.*³¹

O contexto histórico nacional das décadas de 1940-1950 caracterizou-se por uma política econômica nacionalista, constantemente associada ao desenvolvimento de uma indústria nacional forte e independente do capital estrangeiro. Skidmore afirma que essa política atraiu intelectuais e estudantes, classes médias urbanas, homens de negócios e trabalhadores. Para ele, “nenhuma dessas classes havia, por volta de 1950, alcançado um estágio de autoconsciência capaz de produzir uma política aguda de ‘orientação de classes’. Ao contrário a atmosfera política ‘conciliatória’ do Brasil patriarcal ainda era notavelmente dominante”³².

Na Paraíba, as décadas de 1940-1950 vivenciaram uma crise na produção de algodão que perduraria por longo período, devido ao aumento do cultivo desse artigo no Sudeste. Amorim (1999) destaca que esse declínio insere-se no contexto de articulação comercial Nordeste-Sudeste, caracterizado pela queda dos preços dos gêneros agrícolas paraibanos, aumento dos artigos elaborados, submissão da Paraíba ao capital do sudeste e falta de opções no mercado internacional devido aos problemas enfrentados pela Europa com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Esse é um momento de forte dependência nas relações comerciais com o sudeste, assim como de visível estagnação da economia paraibana que não crescerá até a década de 1960, entrando em declínio a partir dos anos 1970. Com isso, ocorreu uma redução da área de plantio do algodão, ao mesmo tempo, reforçando o cultivo da cana-de-açúcar através da ampliação da área plantada. Essa situação contribuiu para a expulsão de trabalhadores e pequenos proprietários do campo para as cidades, aumentando a pressão demográfica sobre os principais centros urbanos do nordeste e do sudeste brasileiros.

Para Cittadino³³, do término do Estado Novo (1945) ao Golpe Militar (1964), o coronelismo como poder de mando dos grupos oligárquicos se esgota, dando lugar ao populismo nas novas relações de dominação. Com isso, os métodos de controle político e social baseados na violência e opressão, são “substituídos pela cooptação do eleitor e conquista dos votos”³⁴. No Brasil, o Populismo³⁵ está associado ao

³¹ RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 39.

³² SKIDMORE, *Brasil...*, p. 111.

³³ CITTADINO, Monique. *Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Ed. Universitária/ Idéia, 1998.

³⁴ CITTADINO, *Populismo e golpe...*, p. 17.

³⁵ Segundo Weffort, a característica básica do Populismo é a existência de um líder carismático, que se dirige diretamente à população, sem precisar da interferência ou intermediação de um partido. O Populismo procura apresentar-se como alternativa tanto aos partidos tradicionais, liberais ou oligarcas, quanto aos grupos de esquerda. Para isso implementa políticas favoráveis às camadas populares e produz discurso em que surge como defensor dos interesses nacionais e dos trabalhadores contra o imperialismo e as oligarquias dominantes. De certa forma, ele torna um canal que permite a participação política das camadas populares. Entretanto, essa participação é

avanço da industrialização e do crescimento urbano,

*no caso da Paraíba, a emergência de uma política populista só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, que destroem as relações tradicionais de caráter pré-capitalistas, levando à expropriação do homem do campo e, conseqüentemente, ao êxodo rural.*³⁶

Assim, segundo Cittadino, as classes políticas locais adotaram algumas práticas populistas, dando maior espaço para a atuação política das classes populares e o surgimento de movimentos sociais atuantes. Entretanto, quando as manifestações das massas passaram a ser encaradas como risco à ordem estabelecida, o Estado Populista foi substituído pelo Estado Autoritário.

De fato, esse cenário de transformações porque passava a sociedade é o mesmo em que ocorreu a proliferação de instituições de ensino superior na Paraíba (final da década de 1940), tendo como resultado a política educacional adotada pelo Estado Populista (1946-1964) em todo país. Para Cunha³⁷, com o fim do Estado Novo, as exigências para a implantação de escolas superiores tornaram-se mais flexíveis do que antes³⁸. De acordo com a lei de 1931, eram necessários três institutos de ensino para se criar uma universidade (Educação, Ciências e Letras; Direito; Medicina e Engenharia - escolhiam-se três dos quatros), enquanto, pelo novo critério adotado na Constituição de 1946, necessitava-se apenas de uma Faculdade de Filosofia, com duas outras. Assim, “*passava a ser possível instalar-se uma universidade a partir de uma faculdade de filosofia (até mesmo com apenas uma seção), uma faculdade de direito e a terceira de economia ou serviço social*”³⁹.

Podemos dizer que, a partir de então, começa a se pensar algo mais efetivo, com a participação de diversos segmentos da sociedade paraibana, não apenas como ações isoladas, embora a comissão de planejamento tenha existido por um curto período. Na verdade, a expansão do ensino superior somente ocorreu, de fato, na década de 1950, quando registramos a criação de várias faculdades e escolas isoladas, dentre elas a Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI). Nesse sentido,

a década de 50 registra a criação de quase todas as escolas isoladas que mais tarde delinearão o corpo da Universidade Estadual, iniciativas

limitada. Em sua essência, o Populismo é autoritário. Baseia-se na autoridade do chefe político, que deve ser obedecido incondicionalmente, pois é por definição o defensor e benfeitor da população. Ao mesmo tempo, reprime a ação de grupos independentes que queiram ampliar as conquistas sociais. WEFORT, Francisco. *O Populismo na política brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

³⁶ CITTADINO, *Populismo e golpe...*, p. 18.

³⁷ CUNHA, *A Universidade crítica...*

³⁸ Em 1931, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras. Nele a Universidade poderia ser pública ou particular e, também, “*incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras*”. OLIVE, “Histórico da educação...”, p. 34.

³⁹ CUNHA, *A Universidade crítica...*, p. 94.

geralmente levadas a efeito por movimentos classistas⁴⁰ e lideradas pelas entidades representativas desses movimentos.⁴¹

Rodrigues afirma que a instalação do Ensino Superior na Paraíba, através das faculdades e escolas isoladas, encontrou forte resistência do Centro-Sul do país, de estados vizinhos⁴², de órgãos do governo federal e, até mesmo, a falta de confiança dentro do próprio estado. Para representantes políticos e a imprensa do Sudeste, não havia a necessidade de um ensino tão elevado em um estado de pouca expressão econômica como a Paraíba. O estado de Pernambuco tinha interesse em manter o monopólio de verbas destinadas à educação superior na região. Assim, a Diretoria de Ensino Superior (órgão ligado ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro) dificultou o reconhecimento das instituições, argumentando a proximidade territorial com Recife (detentora de uma tradicional Faculdade de Direito formadora da intelectualidade de boa parte da elite nacional). Dessa forma, a precariedade das instalações físicas, os poucos recursos financeiros e a falta de qualificação de profissionais, justificavam a não autorização de funcionamento das instituições de ensino superior na Paraíba. Essa situação não mudou quando da criação da Universidade da Paraíba, em 1955. Pois,

a mais importante publicação especializada então existente lhe dedicou não mais do que – literalmente - uma frase. Um escritor e jornalista conhecido nacionalmente se referia a novel instituição, em artigo publicado em jornal do Rio de Janeiro, como “Universidade da caixa Prego”. A incredulidade ocorria, também, dentro do próprio estado onde “vozes agroureiras” soltavam o mofino não vai, tão de gosto de espírito derrotista, em que a ausência de paraibanismo se revela nas menores coisas.⁴³

Por outro lado, não se pode afirmar que essa desconfiança fosse generalizada por todo estado, uma vez que o apoio de diversos segmentos foi bastante considerável, tais como do poder político local⁴⁴ e de instituições representativas da sociedade civil organizada, dentre elas: Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

⁴⁰ Segundo as autoras, movimentos classistas são entidades que se organizam a partir do interesse comum de determinada categoria profissional, dentre elas podemos destacar: a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB (seção local), Associação Paraibana de Imprensa-API, Academia Paraibana de Letras-APL, Associação Médica da Paraíba-AMP, Clube de Engenharia, entre outros.

⁴¹ LIMEIRA & FORMIGA, *UFPB...*, p. 7-8.

⁴² Não tivemos acesso a uma documentação que explique, de maneira detalhada, essa resistência à implantação do ensino superior na Paraíba nesse momento, tanto do centro-sul como de Pernambuco. Na verdade, nossas informações são provenientes da leitura das obras de Rodrigues (1986), Limeira & Formiga (1986), entre outros.

⁴³ RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 41.

⁴⁴ A criação do Ensino Superior na Paraíba contou com a participação efetiva de José Américo de Almeida que, através do seu prestígio político e usando da troca de favores (corriqueiras nessa época) com representantes do governo federal, conseguiu o reconhecimento de vários cursos, faculdades e escolas. Obviamente que José Américo, apesar de ser um dos maiores romancistas do Modernismo regionalista brasileiro, lutava por essa causa interessado nos dividendos eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral, Ordem dos Advogados, Associação Médica da Paraíba, Associação Paraibana dos Cirurgiões Dentistas, Clube de Engenharia da Paraíba, Associação dos Farmacêuticos, Associação Médica de Campina Grande, Seminário Arquidiocesano, Sociedades Civis Mantenedoras, Imprensa Oficial. A maioria das Faculdades e Escolas criadas nesse momento teve a participação desses segmentos.

Mesmo com todo esse apoio interno, Rodrigues afirma que as dificuldades foram muitas para a instalação dos cursos, já que, em termos de infra-estrutura, as instalações eram péssimas, havia falta de verbas, desqualificação do corpo docente (não tinham formação nos cursos dos quais seriam professores, ou seja, formado em Direito, ministrando aula de História; formado em Medicina, dando aula de Antropologia, entre outros) etc.

Segundo Espínola⁴⁵, não resta dúvida de que a iniciativa de implantação do Ensino Superior na Paraíba partiu do interesse privado, da audácia de particulares, de profissionais liberais (representados nas instituições acima citadas). Para ele, a contribuição do setor público deu-se basicamente através da doação de prédios públicos e reconhecimento, por lei, dos cursos, escolas e faculdades. Assim o autor conclui que aos poderes públicos coube apenas apoiar algumas demandas, através do encaminhamento de providências solicitadas para o funcionamento das instituições, contribuindo com a doação de instalações físicas estaduais etc.

A partir de 1947 foram criadas algumas instituições de ensino superior na cidade de João Pessoa, foram elas: Faculdades de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Escola de Enfermagem, Escola de Engenharia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Escola de Enfermagem, Faculdade de Farmácia.

A Faculdade de Ciências Econômicas, a mais antiga instituição de Ensino Superior de João Pessoa, foi criada em 30 de outubro de 1947, por um grupo de professores da Academia do Comércio Epitácio Pessoa-ACEP, de âmbito particular, contendo os cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração, sendo a mais antiga instituição de Ensino Superior de João Pessoa.

A Faculdade de Filosofia da Paraíba foi criada pelo governo do estado através do Decreto nº 146, de 5 de março de 1949, porém, começou a funcionar somente em 1952, composta pelos cursos de História e Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia, com sede na capital. A Faculdade de Direito foi fundada por iniciativa do Instituto dos Advogados da Paraíba, em 11 de agosto de 1949 e instalada em 1º de março de 1951, financiada por capital privado, também com sede em João Pessoa. Ambas passam a ser consideradas como as principais instituições formadoras da cultura humanística do Estado⁴⁶.

que lhe proporcionaria no Estado. Para maiores esclarecimentos sobre tais acordos, ver: Castelo Branco (2005); Mello (1996); Rodrigues (1986); Limeira & Formiga (1986); Espínola (1980); e Entrevista de José Américo de Almeida ao Núcleo de Documentação e Informação de História Regional-NDIHR (1979).

⁴⁵ ESPÍNOLA, Robson Dutra. *Ensino Superior na Paraíba: um depoimento*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1980.

Vale lembrar que a cultura humanística era intelectualista e livresca, objetivava fornecer uma formação de cultura geral. Sua principal finalidade era preparar um pequeno grupo de “pessoas cultas” ou de “intelectuais”, de “trabalhadores da elite”, de literatos, tornando as instituições absolutamente necessárias apenas para a ilustração de alguns espíritos. Não visava dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, ministrar uma educação literária. Destinava-se a transmitir aos seus seguidores a cultura greco-romana (cultura clássica), porque esta era considerada a cultura formadora, ignorando as outras culturas. Dessa forma, desprezava as profissões técnicas.

As Faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia foram fundadas por um grupo de médicos da Paraíba, em 25 de março de 1950. Em 1951, começou a funcionar a Faculdade de Medicina, com recursos provenientes do setor privado. A Faculdade de Odontologia foi criada pelo governo do estado, através da Lei nº 646, de 5 de dezembro de 1951, por iniciativa da Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas, iniciando suas aulas em 1953, com sede na capital. A Faculdade de Farmácia, todavia, foi criada em 25 de março de 1956, era de natureza jurídica privada, porém foi oficializada pelo Decreto Estadual nº 1.907, de 1958. O curso de Farmácia só começou a funcionar em 28 de abril de 1960, pelo Decreto Federal nº 48.147, seu atraso foi devido à falta de recursos. Ainda na área de saúde, a Escola de Enfermagem da Paraíba foi criada pela Lei Estadual nº 875, de 24 de janeiro de 1955. Os cursos de saúde sempre enfrentaram mais dificuldades devido aos altos custos de manutenção e a falta de verbas; por isso, mesmo aqueles de natureza privada, recebiam ajuda financeira dos Poderes Públicos (estadual e federal).

A Escola de Engenharia da Paraíba tem o General José de Oliveira Leite como o grande responsável pela sua fundação, em dezembro de 1952, e era financiada por particulares, sediando-se em João Pessoa⁴⁷.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (Lourdinias) foi fundada pela Associação das Damas Hospitalares, em setembro de 1953, tendo os cursos de Filosofia, Letras, Geografia, História, Pedagogia, Jornalismo e Didática, de natureza privado e religioso. Não resistiu à concorrência da FAFI, que era estadual, e, após 1960, federal, encerrando suas atividades em 1968, em João Pessoa. Ainda sob a influência de religiosos, criou-se a Escola de Serviço Social da Paraíba, fundada pela “Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado”, a 11 de julho de 1951, instituição particular, em João Pessoa⁴⁸.

Apesar de tantas dificuldades, em 2 de dezembro de 1955, sob a Lei Estadual nº 1366, Escolas e Faculdades (total de onze instituições) passaram a fazer parte

⁴⁶ Guimarães (2005) faz um minucioso estudo sobre a implantação e instalação da Faculdade de Direito, destacando a luta de seus idealizadores e a experiência da primeira turma.

⁴⁷ A Escola Politécnica da Paraíba foi outra instituição criada nessa área, em Campina Grande. Criada pela Lei nº 792, de 6 de outubro de 1952 e instalada em 2 de janeiro de 1954, financiada pelo Estado.

⁴⁸ E também a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, fundada pela Diocese daquela cidade, a 24 de abril de 1954, e financiada por particulares.

da Universidade da Paraíba, de caráter estadual. Com isso, a Universidade da Paraíba passou a ser integrada pelas seguintes unidades:

*Incorporadas: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Escola Politécnica (Campina Grande), Escola de Enfermagem. Agregadas: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Engenharia, Escola de Serviço Social.*⁴⁹

As instituições incorporadas pela Universidade da Paraíba, em 1955, eram públicas, enquanto as agregadas eram particulares. Espínola (1980) destaca que, com a federalização, em 1960, outras Faculdades foram incorporadas à Universidade Federal da Paraíba-UFPB, entre elas, a Faculdade de Farmácia (João Pessoa), a Faculdade de Ciências Econômicas (Campina Grande) e a Escola de Agronomia do Nordeste (Areia), já federalizada desde 1950. As instituições mantidas por entidades religiosas foram à falência, uma vez que não suportaram a concorrência dos cursos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para Limeira e Formiga, vários fatores contribuíram para que o Estado assumisse o Ensino Superior na Paraíba, entre eles, pode-se destacar: a expansão dos estabelecimentos de Ensino Superior (como podemos identificar parte dessas instituições já era mantida pelo Estado, enquanto o restante era empreendimento privado); a falta de recursos para manutenção dos cursos isolados, levando o Estado a prestar ajuda financeira, inclusive às escolas privadas; a maioria dos alunos não tinha como arcar com as pesadas mensalidades; algumas escolas já funcionavam com recursos provenientes do governo federal e/ou estadual; as instalações físicas de algumas escolas eram precárias, faltando biblioteca, material escolar, pagamento em dia dos professores etc. Isso possibilitou,

*o funcionamento efetivo das escolas superiores isoladas estaduais e particulares, o satisfatório contingente de alunos, abrindo margem para uma crescente procura de cursos, o andamento precário de algumas escolas por falta de infra-estrutura financeira, a formação a curto e médio prazo de mercados de trabalhos nos diversos ramos profissionais, como Medicina, Odontologia, Magistério Secundarista Advocacia e Engenharia, seriam as condições propulsoras de criação da Universidade Estadual da Paraíba, em 1955.*⁵⁰

A estadualização foi importante para as exigências do mercado de trabalho que exigia, cada vez mais, profissionais qualificados. Em tese, com a criação de uma Universidade sob a responsabilidade do Estado, havia a possibilidade de melhoria da qualidade do ensino, como também oferecia maior comodidade para a camada social dominante, uma vez que seus filhos não teriam que deixar a Paraíba para adquirir o diploma de curso superior. Para os menos favorecidos, era a oportunidade de fazer o curso “desejado”. Sendo que os cursos de Direito,

⁴⁹ RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 40.

⁵⁰ LIMEIRA & FORMIGA, *UFPB...*, p. 16.

Medicina e Engenharia eram sempre os cursos preferidos; caso não fosse possível o ingresso em tais cursos, buscavam-se aqueles considerados mais modestos.

Rodrigues enfatiza que as condições favoráveis ao surgimento do Ensino Superior na Paraíba estão relacionadas ao aumento da procura por matrícula, maior do que a média do crescimento demográfico do estado (mesmo porque o aumento da população se resumia basicamente a João Pessoa, por ser a capital, concentrando um número considerável de cargos público-administrativos, e a Campina Grande, devido a seu potencial comercial). Houve, ainda, o crescimento do número de pessoas com diploma secundário. No entanto, a expansão do Ensino Superior não é apenas um fenômeno da Paraíba, ela ocorreu em todo país. Não ter universidades nas capitais era algo vexatório, fazendo com que os políticos locais se interessassem por esse assunto.

Por outro lado, segundo Rodrigues, fatores como crescimento urbano (embora na Paraíba esse fosse bem menor do que no restante do país), processo de industrialização crescente, formação de um mercado interno de consumo, maior intercâmbio regional, devido ao desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações, deslocamento populacional do campo para a cidade, ampliação dos setores de prestação de serviços, indústria e comércio (em relação à agricultura); são essenciais para explicar esse intenso movimento de criação do Ensino Superior na Paraíba⁵¹.

Ainda sobre a implantação do ensino superior na Paraíba, Rodrigues afirma que as coisas aconteciam sem qualquer planejamento, mas apenas

*para satisfazer às pressões latentes ou manifestas, os governos estaduais criavam como podiam uma universidade em seus domínios. Após instalada a universidade, premida pelos gastos que a iniciativa implicava, o governo estadual se empenhava por sua federalização, contando para tanto com o concurso dos agentes político-partidários. O ensino superior ia-se desenvolvendo espontaneamente e o poder público federal assumia a posteriori o encargo de mantê-lo ou complementa-lo.*⁵²

As escolas oficiais eram mantidas através de recursos estaduais ou federais. Geralmente, a disponibilidade das verbas federais contava com certa influência de políticos paraibanos, porque o Ministério da Educação e Saúde liberava suas verbas mediante convênios, e não, como recursos aprovados pelo Legislativo e determinados no orçamento de cada ano. Ou seja, os recursos liberados pelo governo federal não eram provenientes de uma política de absorção de recursos orçamentários específica para o Ensino Superior.

Como se pode observar, havia uma conjuntura favorável às mudanças, pois

apesar das críticas, construtivas ou destrutivas, apesar da falta de recursos para as escolas em geral e do caráter seletivo dessas Escolas, a clientela estudantil pressiona numericamente, exigindo ampliações de

⁵¹ Vale lembrar que, na Paraíba, essas condições começam a se estruturar na década de 1950, enquanto no Brasil, esse fenômeno ocorre a partir dos anos de 1930.

⁵² RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 101.

*instalações, sem que, no entanto as condições financeiras existam, o que gera certos impasses, somente solucionáveis através de medidas mais abrangentes e duradouras.*⁵³

Diante das dificuldades por que passavam as instituições de ensino, o governo estadual encampou alguns cursos particulares devido às dificuldades materiais de funcionamento dos mesmos. Dentre eles, Odontologia e Farmácia, fundados pela iniciativa particular de um grupo de médicos do estado, mas que não conseguiam arcar com as vultosas despesas que decorriam do empreendimento. Os cursos da área de saúde, de maneira geral, sofriam mais com a sua instalação e manutenção, pois a aquisição de seus equipamentos demandava uma quantidade de recursos financeiros mais elevados do que em outras áreas. Antes da estadualização,

*as escolas particulares eram mantidas por grupos associados - associações de classe, fundações, empresas privadas, e recebiam mensalidades dos alunos, reforçadas por pequenas verbas federais e estaduais... Determinadas escolas adquirem montantes mais significativos de recursos, dado ao aparato tecnológico, visivelmente ocorrendo o caso com a Faculdade de Medicina.*⁵⁴

Nesse sentido, fica evidente que a falta de recursos materiais, a necessidade de deslocamento a outros centros com o intuito de obter o diploma de curso superior, a possibilidade de ascensão econômica e social das classes intermediárias e a pressão causada pela necessidade de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho foram fatores que contribuíram para que providências fossem tomadas, justificando a criação da Universidade da Paraíba.

Em meados da década de 1950, Juscelino Kubitschek de Oliveira adotou, em seu governo, uma política que visava o desenvolvimento industrial do país, isso só seria possível se houvesse uma expansão do ensino. Nesse momento (1956-1960), ocorreu um grande surto de criação e federalização de universidades no país, no qual se incluiu a Universidade da Paraíba, em 1960. Federalizar era a saída mais viável para o Ensino Superior do estado, uma vez que poderia melhorar as condições de salários de funcionários, professores e alunos, assim como facilitou o acesso até mesmo das camadas desfavorecidas da sociedade paraibana à universidade. Portanto,

*com a federalização da Universidade e o conseqüente ensino gratuito, os benefícios seriam, segundo os paladinos da idéia, estendidos a segmentos mais amplos da sociedade, os “filhos de famílias vivendo com salários de fome” e que assim chegariam a ser “engenheiros, bacharéis, economistas, médicos, dentistas, etc.”. A indissociável dimensão de prestígio pessoal conferida por um curso superior era um fato concorrente.*⁵⁵

⁵³ LIMEIRA & FORMIGA, *UFPB...*, p. 17.

⁵⁴ LIMEIRA & FORMIGA, *UFPB...*, p. 16-17.

⁵⁵ RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 60.

É importante ressaltar que esse episódio da federalização foi resultado de uma política do governo federal, que objetivava a expansão quantitativa do Ensino Superior em todo o país. Por isso, a proposta de federalização não foi aceita unanimemente, enfrentando certa resistência no interior da instituição, principalmente porque nem todas as categorias de profissionais seriam incorporadas à esfera federal. A esse respeito, podemos destacar a situação dos professores, considerando que, segundo Rodrigues (1986), somente os catedráticos seriam efetivados no quadro docente da UFPB. Nesses termos, um terço do corpo docente da FAFI seria excluído, pois, num contingente de aproximadamente trinta professores, dez eram contratados.

Para Castelo Branco⁵⁶, o governo JK procurava aliar uma política nacionalista (muito mais de afirmação do Estado nacional do que de investimentos para o desenvolvimento da economia) a investimentos de capital estrangeiro em setores industriais como o de automobilismo, o de eletrodomésticos etc. Segundo Cunha⁵⁷, nesse período muda-se a concepção de burocracia estatal. Se, antes, o profissional mais reconhecido ou a prioridade era o bacharel, agora são os técnicos que representam as expectativas do Estado desenvolvimentista. As empresas privadas também precisam profissionalizar o seu corpo de funcionários, ou seja, com o desenvolvimento e, conseqüentemente, o aumento da competitividade no mercado produtivo nacional, os empresários sentiam a necessidade de profissionais com maior capacitação, assim a instrução pública se tornou fundamental para o setor industrial.

Entretanto, o modelo implantado pelo governo Kubitschek, apesar da criação de novos cursos e universidades, e da federalização de outras instituições de Ensino Superior (caso da Universidade da Paraíba), tanto estaduais como particulares, no que diz respeito à aplicação de maiores investimentos, não deu prioridade a educação, pois

*dentre os cinco setores básicos, mencionados no Plano de Metas para receber investimentos maciços do governo e de setores privados, os setores de **energia, transporte e indústria de base** ganharam a maior fatia, correspondendo a um total de 93% dos recursos alocados, em detrimento dos setores de **alimentação e educação**, que não mereceram o mesmo incentivo dado aos três primeiros.*⁵⁸

Há certa contradição entre os poucos recursos destinados à educação no Plano de Metas (o único item que se refere à educação restringia-se à formação de pessoal técnico) do governo Kubitschek e à federalização de algumas instituições de ensino superior, dentre elas a Universidade da Paraíba (1960). No entanto, essas condições foram superadas mediante interferência de representantes políticos dos estados interessados, ou seja, foram iniciativas isoladas do governo federal, contemplando seus aliados com favores dessa natureza⁵⁹.

⁵⁶ CASTELO BRANCO, *A construção do mito...*

⁵⁷ CUNHA, *A Universidade crítica...*

⁵⁸ CASTELO BRANCO, *A construção do mito...*, p. 181.

⁵⁹ Rodrigues descreve que em um momento de euforia do presidente Juscelino com a execução de suas metas, este perguntara a Abelardo Jurema (líder do seu governo na câmara federal) que

Para Rodrigues, a política do governo federal, pós-1960, direcionava-se no sentido de industrializar o país, precisava-se de mão-de-obra qualificada. Para que tais propósitos fossem alcançados, o poder público adotou medidas com o objetivo de facilitar o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, os cursos profissionalizantes foram sendo equiparados ao secundário de modo a permitir o ingresso dos seus alunos no ensino de nível superior. Também foram criados novos cursos superiores e foram ampliadas as vagas dos já existentes.

No caso da Paraíba, a federalização representava a saída mais viável do ponto de vista financeiro para o estado caótico em que se encontrava a Universidade, assim como a retirada de um enorme peso que esta representava ao orçamento do Estado. A Universidade da Paraíba foi federalizada pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Consequentemente proporcionou melhoria para o Ensino Superior da Paraíba. Melhores salários para professores e funcionários que passaram a se dedicar mais à suas atividades acadêmicas, sem ter que se desdobrar em outros trabalhos para o complemento da renda familiar. Para os alunos, representava a melhoria do ensino superior e melhores possibilidades de acesso.

Assim como houve resistência à implantação do ensino superior na Paraíba, ocorreu de maneira semelhante com a federalização da Universidade da Paraíba. Segundo Rodrigues, representantes políticos, órgãos da imprensa, especialistas em educação e burocratas da Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura,⁶⁰ afirmavam que seria inconveniente à União arcar com tamanhas despesas, uma vez que o estado da Paraíba era pouco expressivo do ponto de vista econômico e não proporcionaria o retorno necessário para tamanho investimentos. Nesse sentido,

no caso particular da Universidade paraibana [...] combatia principalmente o número de escolas, para ele excessivo em relação às dimensões do Estado (ressaltava que ali seriam federalizadas duas Escolas Engenharia, uma na capital e outra em Campina Grande; o mesmo acontecia as duas de Economia, sediadas nas mesmas cidades) e a transformação de professores em “catedráticos” sem submissão a

pedido ele gostaria de fazer para a Paraíba, Jurema respondeu dizendo que seria a federalização da Universidade da Paraíba, e assim foi autorizada. Em telegrama ao governador da Paraíba João Fernandes de Lima, Abelardo Jurema afirma que a federalização da Universidade da Paraíba abriu caminho para as Universidades de Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Juiz de Fora. RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*

⁶⁰ Entre as forças opositoras à federalização, podemos destacar o senador gaúcho Mem de Sá que assumiu publicamente seu posicionamento contrário; o jornal *O Estado de S. Paulo*, trazendo matérias que criticavam a ação do governo nesse sentido, assim como o jornalista do Rio de Janeiro, Austregésilo de Athaide, chamando-a de “Universidade da Caixa Prego”; a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, com destaque para o artigo de Anísio Teixeira, “A Expansão do Ensino Superior no Brasil”, onde afirma que todo estado tem direito à sua Universidade, mas só poderia ser possível se sua riqueza permitisse; a Diretoria de Ensino Superior, através de seu diretor Jurandir Lodi afirma que “José Américo de Almeida deve estar doído! Pensar em fundar uma Universidade na Paraíba”. RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 41.

*nenhum concurso, “para dar três aulas por semana” e grande parte dos mesmos requer aposentadoria de imediato.*⁶¹

Internamente, “a federalização da Universidade da Paraíba foi recebida com entusiasmos nos círculos universitários paraibanos”⁶², contou ainda com o apoio de alguns representantes políticos,⁶³ profissionais da imprensa (o colunista do jornal *A União*, Carlos Romero, enaltece a luta dos paraibanos nesse intento), intelectuais, sociedade civil organizada, camadas médias e da população em geral.

RESUMO

Este artigo discute a criação, estadualização e federalização do Ensino Superior na Paraíba. Recupera o debate historiográfico no Brasil e na Paraíba referente ao tema, refletindo sobre o projeto de educação de nível superior que foi pensado e executado em todo país a partir da década de 1930. A Escola de Agronomia do Nordeste foi a primeira instituição de Ensino Superior criada na Paraíba, em 1934, entretanto, somente quase duas décadas depois ocorre a proliferação de Escolas e Faculdades isoladas, resultado de intensa movimentação de alguns setores da sociedade civil organizada e de representantes políticos que viam na instrução superior uma possibilidade de ascensão social (sociedade em geral) e de prestígio político (a classe política). A estadualização (1955) e a federalização (1960) resultam da necessidade de melhorar as condições estruturais de funcionamento e a qualidade do ensino dessas instituições.

Palavras-Chave: História; Cultura; Educação; Ensino; Saberes.

ABSTRACT

This article discusses the creation, state provision and federalization of higher education system in Paraíba. It restores the historiography debate about the theme in Brazil and Paraíba, concerning the project of higher education that was thought and executed in the whole country starting from 1930s. The Northeast School of Agronomy was the first higher education institution founded in Paraíba, in 1934, however, just about two decades later occurred the proliferation of isolated schools and universities, as a result of an intense movement of some sections of the organized civil society and political representatives that saw in higher education a possibility of social ascension (the society en general) and political prestige (the political class). The state provision (1955) and federalization (1960) result of the need of improving operational structural conditions and the quality of teaching in these institutions.

Keywords: History; Culture; Education; Teaching; Learning.

⁶¹ RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 102.

⁶² RODRIGUES, *Sociedade e Universidade...*, p. 102.

⁶³ Politicamente, a Paraíba encontrava-se bem representada para a campanha em favor da federalização, tendo Abelardo Jurema como líder do governo JK e João Agripino como líder da UDN. O apoio interno foi consensual dos poderes Executivo e Legislativo, da imprensa, de estudantes e demais camadas sociais.